

Percepções de Participantes de um Grupo de Apoio à Adoção Acerca desta Experiência

Perceptions of Adoption Support Group Members towards This Experience

Fabiana Müller Schmitt* / Dorian Mônica Arpini / Camila Almeida Kostulski
Universidade Federal de Santa Maria

Resumo: Este estudo buscou conhecer a percepção dos participantes de um grupo de apoio à adoção (GAA) acerca desta experiência. A pesquisa teve caráter qualitativo e realizou-se através de entrevistas semidirigidas, as quais foram analisadas a partir da análise de conteúdo. Participaram do estudo oito integrantes de um grupo de apoio à adoção de uma cidade da região central do Rio Grande do Sul. Os resultados demonstram que os pretendentes à adoção e pais adotivos buscam o grupo devido à necessidade de aprofundarem conhecimentos acerca da parentalidade adotiva, bem como para aliviarem a ansiedade despertada pelo processo. Além disso, os participantes evidenciaram que o grupo no qual o estudo foi realizado tem atuação na garantia dos direitos de crianças e adolescentes institucionalizados, mencionando a realização de diversos projetos e a busca pelo direito à convivência familiar. Assim, destaca-se que o grupo trabalha tanto em prol da parentalidade adotiva, quanto da construção de uma nova cultura da adoção. Por fim, as considerações finais apontam a importância de produzir novos conhecimentos na temática, uma vez que estes podem auxiliar no trabalho de preparação de pretendentes, pais, como também de todos os envolvidos no processo de adoção.

Palavras-chave: adoção; grupos de apoio; parentalidade adotiva.

Abstract: This study sought to know the perception of Adoption Support Group members about this experience. It was a qualitative research conducted through semi-structured interviews which have been analyzed by the content analysis. Eight members of the Adoption Support Group in the central region of Rio Grande do Sul took part in this study. The results show that adoption applicants and adoptive parents seek the group to deepen their knowledge about adoptive parenting, as well to relieve the anxiety triggered by the process. Also, the members noticed that the group act to ensure the rights of institutionalized children and adolescents, stating the realization of lots of projects and the search for the right of family interaction. Therefore, the group works on behalf of adoptive parenting and creating a new adoption culture. The final considerations point the importance of producing new thematic knowledge once this can help in the process of preparing applicant, parents, and all involved in the adoption process.

Keywords: adoption; support groups; adoptive parenting.

Introdução

Os grupos de apoio à adoção (GAAs) surgiram entre os anos de 1960 e 1980, a partir da iniciativa de pais adotantes. De maneira informal, grupos de pais adotivos reuniam-se, em suas próprias residências, para auto apoiarem e lutarem contra dificuldades e preconceitos advindos da parentalidade por adoção (Vieira, 2004; Silva, Comerlato, Wendiling, & Frizzo, 2018). Atualmente, diversos GAAs já foram fundados, participando tanto pretendentes à adoção, quanto pais adotivos e pessoas interessadas na temática. Segundo dados apresentados pelo site da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, existem hoje no Brasil cerca de 130 GAAs em atividade (<http://angaad.org.br/quem-somos/>, recuperado em 11 de julho, 2018).

A partir disso, segundo Campos (2012), a participação dos postulantes à adoção em GAAs, mais do que desejável, é recomendável, pois tal espaço de fala e escuta oferece suporte e oportuniza reflexões sobre a parentalidade no contexto da adoção. Além disso, promove a diminuição de sentimentos de sofrimento e isolamento, bem como oportuniza que se desenvolvam sentimentos de pertencimento entre os participantes do grupo. Neste sentido, Gondim et al. (2008) ressaltam a importância de um trabalho psicológico que ofereça suporte durante o processo de adoção e ressaltam que participações em grupos de apoio à adoção têm se mostrado eficientes no alívio da ansiedade e prevenção de dificuldades, pois favorecem trocas entre pessoas que vivenciam a mesma situação de espera. Salienta-se que as orientações recebidas e compartilhadas no grupo, assim como a preparação para a parentalidade, têm um papel significativo no sucesso das adoções.

Também, Silva, Arpini e Polli (2010) destacam que espaços de escuta e acolhimento aos candidatos à adoção são fundamentais para que motivações, fantasias e desejos sejam refletidos e trabalhados, tornando-se mais conscientes e claros. Neste sentido, a participação dos pretendentes e pais nos grupos de apoio à adoção pode ser uma ferramenta potente na prevenção de conflitos com a criança a ser adotada, ou

mesmo daquela que já se encontra com seus pais adotivos. Para que se possa melhor acolher o filho, os pais necessitam compreender as filiações, heranças e desejos deste. Participar de um grupo pode auxiliar a evitarem dificuldades vinculares com o filho, as quais geralmente estão associadas a conteúdos mal elaborados sobre a motivação para adoção (Sequeira & Stella, 2014). Assim, um trabalho preventivo pode facilitar a trajetória de famílias constituídas pela adoção (Schettini, Amazonas, & Dias, 2006).

Entre as temáticas relevantes para serem trabalhadas em um GAA estariam: a revolta com a burocracia da justiça brasileira, o temor de perder o filho para a família biológica, o medo da “revelação” da adoção, a angústia pelo longo tempo de espera pela concretização do processo adotivo, entre outros (Scorsolini-Comin, Amato, & Santos, 2006). Arpini e Narciso (2018) destacam ainda que os GAAs trabalham em prol das adoções legais e seguras, pela garantia do direito das crianças e adolescentes à convivência familiar, pela legitimidade das famílias adotivas e por uma nova cultura da adoção. Além disso, existem temas importantes como aproximação, estágio de convivência e aspectos jurídicos que envolvem o processo adotivo.

Conforme Levy, Diuana e Pinho (2009, p.42), os grupos desenvolvem a competência dos indivíduos de aprenderem entre si, pois “os caminhos já percorridos por uns servem de orientação para outros e há uma vibração com as conquistas de cada um. O sucesso de um renova nos demais a esperança”. Além disso, os participantes dos GAAs podem ampliar seu arsenal de significações através das trocas e interações propiciadas pelos diversos pontos de vistas, conhecimentos e contextos representados no grupo. Assim, os GAAs constituem-se em um contexto dialógico privilegiado, pois possibilitam a interação entre diversas pessoas e, com isso, uma confrontação de significados, através da circularidade de saberes, a qual propicia que se repensem crenças e se alterem opiniões (Santos, 2004). Desta forma, os grupos possibilitam trocas de experiências, dúvidas e temores com relação a aspectos relacionados à filiação adotiva (Arpini & Narciso, 2018). Neste sentido, Valério e Lyra (2014) apontam que se

deve propiciar situações que possibilitem uma reflexão e síntese pessoal com uma construção de significados dos pretendentes acerca da adoção.

Ainda, conforme Luchi (2003), os GAAs apresentariam dupla finalidade, tendo em vista que, além dos aspectos informativos e de apoio mútuo entre requerentes à adoção e pais adotivos, outra vertente de um grupo de apoio à adoção seria trabalhar aspectos sociais da proteção à infância e juventude, por meio de projetos. Ademais, os grupos contribuiriam para o desenvolvimento de uma “nova cultura da adoção”, através da reflexão acerca de mitos e preconceitos que permeiam o tema, visando à garantia de direitos das crianças e adolescentes que aguardam por uma família (Silva, 2014; Tierling, 2011).

Segundo Rinaldi (2010) e Ferreira (2014), a nova cultura da adoção (NCA) caracteriza-se pela priorização do direito das crianças e adolescentes conviverem em família, pelo estímulo das “adoções necessárias”, ou seja, de crianças acima de cinco anos, grupo de irmãos e portadores de necessidades especiais. Além disso, a NCA trabalha em prol da sensibilização da sociedade para os direitos das crianças e adolescentes institucionalizados e pelo combate à adoção ilegal, bem como da adoção como prática meramente caritativa, buscando romper com os preconceitos que ainda permeiam a adoção. Dessa forma, os GAAs têm se tornado para além de uma rede de apoio e preparação para os pais adotivos, um movimento em direção à nova cultura da adoção (Ladvocat, 2008).

A partir disso, este estudo buscou conhecer a percepção dos participantes de um grupo de apoio à adoção acerca desta experiência. O grupo onde o estudo foi realizado foi fundado em 20 de janeiro de 2015 por iniciativa de mães e pais adotivos que trabalham, voluntariamente, para a divulgação da cultura da adoção. Dentre seus objetivos, estão o apoio e orientação a pretendentes à adoção, questões que envolvem a parentalidade adotiva, o incentivo à adoção legal e o debate do tema junto à sociedade em geral. As reuniões do grupo acontecem uma vez por mês, nas dependências de uma

Universidade Federal, com cerca de 10 a 15 participantes, dentre os quais: requerentes à adoção, pais adotivos e pessoas interessadas na temática. Dentre as temáticas trabalhadas pelo grupo estão: rede de proteção à infância e juventude, tempo de espera pela adoção, aspectos do estágio de convivência, “devolução”, perfil, aspectos legais que permeiam a adoção, luto pela infertilidade, entre outros.

No grupo pesquisado, durante a realização do estudo, observou-se que diversos projetos foram apoiados e desenvolvidos pelo grupo, entre eles: Projeto Família Acolhedora, como uma alternativa para a institucionalização de crianças e adolescentes, Caminhada da Adoção, como forma de dar visibilidade e promover uma discussão sobre temáticas relacionadas à adoção. Além disso, o grupo propôs e desenvolve um Projeto em parceria com o Colégio Politécnico da Universidade Federal da cidade, com vistas a profissionalizar adolescentes institucionalizados, para que eles possam explorar novas aptidões e possam ter melhores possibilidades de inserção no mercado de trabalho, sobretudo aqueles jovens que ao completarem dezoito anos deverão deixar a instituição, tendo que se “virar” sozinhos. Também, o grupo promoveu a edição de uma Revista contendo diversas reflexões sobre temáticas da proteção à infância/juventude, adoção, entre outros. Ainda, o grupo promoveu um Seminário sobre a rede de proteção à criança e ao adolescente, que reuniu diversos profissionais atuantes da área, dentre os quais: promotores, juízes, delegados, psicólogos, assistentes sociais, bem como políticos e demais interessados da sociedade civil. Ademais, o grupo elaborou um Panfleto conscientizando acerca da adoção irregular como constituindo crime e problematizando as consequências que podem advir desta opção.

Método

Este estudo possui uma abordagem qualitativa, na qual, segundo Minayo (1994), tem-se uma preocupação com o nível da realidade social que escapa à quantificação, pois apresenta riqueza maior do que apenas dados numéricos. Desta forma, atenta-se

para os significados presentes nas falas apresentadas, bem como para relações complexas que não podem ser reduzidas a variáveis.

Participantes

Participaram deste estudo oito integrantes de um Grupo de Apoio à Adoção, tendo como critério de inclusão que já tivessem comparecido a pelo menos três reuniões do grupo. Partiu-se da hipótese de que os participantes, tendo um tempo de participação no grupo, já tivessem um conhecimento acerca do funcionamento do grupo, bem como, já teriam problematizado algumas questões relacionadas ao processo de adoção e à filiação adotiva, entre outros temas afins. Para contemplar as questões de sigilo e anonimato, os entrevistados serão identificados como “Participante (P)”, e numerados de 1 a 8, correspondente à ordem de participação na pesquisa.

Tabela 1
Características dos participantes

Participante	Sexo	Idade	Escolaridade	Contexto familiar
Participante 1	Feminino	35 anos	Superior Completo	Marido
Participante 2	Feminino	40 anos	Superior Completo	Marido e filha
Participante 3	Masculino	41 anos	Superior Incompleto	Esposa
Participante 4	Feminino	43 anos	Superior Completo e especialização	Marido e filha
Participante 5	Feminino	43 anos	Superior Completo	Marido e enteado
Participante 6	Feminino	38 anos	2º grau completo	Marido
Participante 7	Feminino	47 anos	Pós-graduação	Marido, dois filhos
Participante 8	Feminino	31 anos	Superior Completo	Marido

Nota. Os participantes 2, 4 e 7 são pais pela via adotiva.

Quanto às características dos participantes, cabe ressaltar que, os pretendentes e pais são em sua maioria pessoas casadas, acima dos 40 anos e possuem ensino superior ou médio completos. Tal dado confirma os resultados do estudo de Silva, Cavalcante e Dell’Aglio (2016), que ao realizarem uma pesquisa acerca das características dos

postulantes à adoção, a partir do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), obtiveram resultados semelhantes.

Instrumentos

Em consonância com o delineamento do estudo, foram realizadas entrevistas qualitativas individuais, tendo em vista que estas possibilitam uma compreensão dos valores, motivações, atitudes, crenças, e dos comportamentos dos sujeitos em contextos específicos, a partir de uma análise em profundidade dos dados, a fim de construir informações (Gaskell, 2002). As entrevistas foram semidirigidas, proporcionando um encontro interpessoal entre entrevistado e entrevistador, em que o primeiro é convidado a manifestar suas opiniões (Turato, 2003).

As entrevistas trataram sobre os seguintes eixos: motivos que levaram o participante a se inserir e a permanecer no grupo de apoio à adoção; a existência de temores e angústias relacionadas à parentalidade adotiva e quais seriam; temáticas trabalhadas no grupo e a dinâmica de funcionamento do mesmo; e, por fim, contribuições do grupo para ampliar o entendimento do participante acerca de aspectos relacionados às suas percepções acerca da adoção. Estes eixos foram construídos, a partir dos objetivos específicos que direcionaram o estudo, procurando atender a cada um, atingindo assim a proposta do estudo, ou seja, seu objetivo geral.

Procedimentos

Antes da realização das entrevistas, foram esclarecidos os objetivos do estudo, bem como assegurado o compromisso com a confidencialidade da identidade dos sujeitos, por parte do pesquisador, além das questões de sigilo e livre desistência da pesquisa a qualquer momento. Os participantes receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi assinado, e, assim, concederam a sua participação na pesquisa. As entrevistas foram realizadas nas dependências da

instituição, a qual a pesquisadora estava vinculada, conforme disponibilidade dos participantes.

Ademais, o estudo foi respaldado nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos (Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde), sendo aprovada a sua realização pelo Comitê de Ética de uma Universidade Pública de Ensino Superior sob o CAAE 70268817.0.0000.5346.

Análise dos dados

As entrevistas foram, inicialmente, transcritas, visando a sua análise. Os dados foram analisados através da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1979). Segundo Gomes (2012), nesta técnica de análise, parte-se de uma leitura cuidadosa de cada entrevista individualmente, e em seguida, do conjunto das entrevistas, buscando identificar aspectos compartilhados das falas dos participantes. A partir disso, definiram-se categorias de análise, com base nos conteúdos mais significativos das falas, e assim, os dados foram relacionados com a literatura acerca da temática investigada.

A partir desse procedimento, as categorias temáticas criadas com base no conteúdo das falas das entrevistas, foram: “Contribuições dos grupos de apoio à adoção para os participantes”, que versa sobre o papel dos GAAs para requerentes à adoção e pais adotivos e “A atuação social dos grupos de apoio à adoção” que aponta para o trabalho dos GAAs, no tocante ao desenvolvimento de projetos com vistas a assegurar os direitos infanto-juvenis.

Resultados e Discussão

Contribuições dos grupos de apoio à adoção para os participantes

Embora a Nova Lei Nacional de Adoção (Brasil, 2009) fomente a participação dos pretendentes à adoção em preparações que estão a cargo do Judiciário, entende-se que

os Grupos de Apoio à Adoção têm tido um importante papel nesse contexto, tendo um alcance maior e talvez mais significativo. Conforme prevê a lei:

Art. 197-C § 1o É obrigatória a participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Nesse sentido, Silva e Barrocas (2014) apontam para o fato de que tais preparações, que passaram a ser obrigatórias por Lei a partir de 2009, não abarcam o amplo espectro de temas que podem ser trabalhados com os postulantes à adoção nos grupos, tais como: luto pela infertilidade, fantasias acerca da família biológica, medo de que os vínculos não sejam constituídos com os filhos adotivos, “revelação” da adoção, entre outros. Este aspecto está em consonância com os relatos dos participantes 4 e 8 respectivamente: “aquilo lá eles te dão só a informação [...] eles pincelam, mas todo aquele conhecimento, o ensinamento, é por etapas assim”.

Eu não fiz o curso de capacitação ainda, mas pelo que eu já ouvi nas reuniões aqui, é uma coisa só pra dizer que tem, porque é um dia ou algumas horas que não explana eu acho que nem a metade das coisas que deveriam ser explanadas. Então eu acho que deveria começar com o grupo primeiro (P8).

Contudo, apesar da exigência legal, observa-se, a partir do que referem os participantes, que mesmo que tal obrigatoriedade seja assegurada por Lei, nem sempre ela ocorre, havendo, por vezes, uma desatenção com relação a este aspecto, fazendo com que os próprios pretendentes tenham que se mobilizar em defesa de seus direitos:

A doutora [nome], promotora da Vara da Infância e Juventude, na época, ela falou assim, ‘olha, não é o grupo que tá faltando, tá faltando uma etapa da lei que há quatro anos não acontece em [nome da cidade] que é o curso de capacitação

pra adoção, só que eu já pedi de forma assim mais, pedi assim numa linguagem mais de colega pro Juizado e até agora não aconteceu por falta de tempo. Eu nunca tive alguém que se propusesse a fazer uma queixa pra ter esse curso'. Então eu e [nome do marido], a gente se propôs, fizemos essa queixa [ao Ministério Público], e eu disse pra ela, tudo bem, eu quero o curso de capacitação, mas eu quero um espaço pra falar com os outros pretendentes, pra nós formarmos um grupo de apoio à adoção (P4).

Tal questão é deveras preocupante, tendo em vista a importância da preparação para parentalidade adotiva. Além disso, demonstra que, nem sempre, avanços na legislação ocorrem simultaneamente a avanços na prática. Também, é preciso ter cautela quanto ao modo como estas preparações são conduzidas, quando estas ocorrem, pois, algumas vezes, os participantes evidenciaram não terem se sentido acolhidos. Seria interessante que essas capacitações não tivessem um caráter meramente informativo, mas que pudessem dar um "lugar" para as angústias trazidas pelas famílias que buscam adoção. Considerando que se estas ocorrerem apenas dando pinceladas, seu objetivo poderia não estar sendo contemplado e a preparação não estaria auxiliando na continência das angústias que permeiam a parentalidade adotiva, como demonstra a participante 5:

A gente foi só pra ver como é que é e a gente acabou saindo. A fala deles lá, da juíza, tentando fazer com que a gente não [...] como é que é, não espere muito [...] é horrível. Eles cortam assim tudo que a gente planeja, sonha, já vem a juíza e já para aí, não é assim, não sei o que [...] De cortar os nossos sonhos, a gente quer adotar, a gente tá tudo preparado mesmo, a gente se sente preparado e aí vem e diz não, porque não é assim, vocês não vou adotar porque não tem criança pra adotar.

A fala da participante é relevante no sentido de problematizar que é preciso ter cuidado ao trabalhar com as famílias que buscam a filiação adotiva, como expressa a

participante 5, que essas capacitações se constituem em momentos nos quais os sonhos são aniquilados é, sem dúvida, algo que precisamos olhar com mais atenção, acolhendo melhor as demandas e as frustrações que são inerentes a todo processo, como o tempo de espera, a falta de clareza nas informações, as incertezas, além dos aspectos já assinalados que são peculiares da relação de filiação por adoção (Arpini & Narciso, 2018). Conforme Valério e Lyra (2014), além da orientação psicológica e jurídica, que constitui uma etapa legal do processo de habilitação, é necessária uma possibilidade mais ampla e permanente de reflexão. Conforme demonstram as falas a seguir, os pretendentes buscam este acompanhamento através dos grupos, devido a uma necessidade de aprofundarem conhecimentos acerca da parentalidade adotiva, bem como para aliviarem a ansiedade despertada pelo processo:

Recebemos instrução de que era só aguardar o telefonema. Como aquilo pra nós foi pouco [...] pensamos assim que, poxa, essa vai ser a nossa forma de maternidade, paternidade. A gente entendia que tinha que receber mais alguma instrução, tinha que ser capacitados, queria saber, eu queria saber mais sobre adoção, eu queria entender mais sobre adoção pra poder acolher de uma forma mais preparada (P4).

A gente queria saber mais informações a respeito, referente à questão de adoção, e fomos pesquisar na internet, se existia alguma coisa em [nome da cidade], referente a esse grupo, da parte da adoção. Aí a gente acabou descobrindo esse grupo (P3).

Eu soube da existência do grupo pelo face, na verdade muito por pesquisa própria, pra mim me aprofundar, porque muita coisa eu fui realmente pra mim saber, porque a gente tem dúvidas né. Mais pra tirar dúvidas mesmo e realmente ir, porque a gente precisa né diminuir um pouco a ansiedade (P6).

As falas apontadas pelos participantes chamam atenção para um aspecto relevante, no sentido de que foram os próprios pretendentes e pais que realizaram um

movimento no sentido de buscar maiores informações e auxílio, sendo que isso encontraram no grupo. Tal aspecto parece estar indicando que haveria por parte desses pretendentes e pais uma demanda por serem acolhidos e receberem maiores informações, nesse sentido ter encontrado o grupo teria sido muito importante para eles. Contudo, é importante mencionar que os GAAs se constituem em espaços abertos, que não têm caráter de obrigatoriedade, mas se apresenta como um importante dispositivo para o trabalho acerca da adoção e seus desdobramentos. Os GAAs abordariam, para além dos aspectos específicos e informativos a respeito da adoção, os aspectos que envolvem a parentalidade adotiva. Sentimentos e angústias relacionados à adoção, motivações, estigmas, entre outros temas pertinentes à temática poderiam ser trabalhados. Dessa forma, o objetivo dos grupos seria propiciar uma reflexão sobre as motivações para adoção e criar espaços para que conteúdos acerca da parentalidade possam ser trabalhados. Nesse sentido, é que se pode compreender que os grupos acolhem tanto pretendentes à adoção quanto pais adotivos e até mesmo pessoas interessadas na temática. Através do compartilhamento e das trocas que são propiciadas pelo grupo, pais adotivos podem dar informações e conversar sobre suas experiências, aliviando ansiedades, dúvidas e temores dos pretendentes à adoção, considerando que já estiveram neste lugar de espera.

Com a participação em grupos, os candidatos à adoção e os pais adotivos podem ressignificar afetos e conflitos, elaborar emoções e sentimentos despertados pelo processo de adoção, tanto na condição de pretendentes, quanto na de pais adotivos. Podem, assim, compartilhar suas vivências com outras pessoas que estão passando pela mesma situação, desmistificando e revendo preconceitos, o que contribui, inclusive, para modificar a discrepância entre o perfil das crianças a serem adotadas e o perfil que os candidatos buscam (Sequeira & Stella, 2014).

Nesse sentido, o participante 4 relata: “o grupo, a leitura é importante. A escolha do perfil foi muito dentro do processo de estudo, de leituras, de convivência com outras

famílias adotivas, com experiência dos outros. Então o grupo pesou muito na ampliação desse perfil”. Além disso, participante 7 argumenta: “eu acho que se eu tivesse começado a frequentar o grupo e tido todas essas informações antes, acho que a gente teria até estendido mais o perfil também talvez”. As falas parecem estar indicando o importante papel do grupo na trajetória dessas famílias, ampliando o conhecimento e o olhar acerca da adoção, que pode ser evidenciado a partir das reflexões acerca do perfil escolhido. Ainda, conforme Ladvoat (2008), os GAAs são uma ótima rede de apoio às famílias adotivas, pois possibilitam o compartilhamento de experiências, bem como a quebra de sentimentos de estarem sozinhos e de serem diferentes em sua configuração familiar. Assim, participar de um grupo pode romper com o sentimento dos candidatos e dos pais de solidão e diferença, proporcionando melhoras na autoestima e ampliação das significações sobre a parentalidade adotiva (Scorsolini-Comin, Amato, & Santos, 2006). Nesse sentido, os relatos dos participantes (P5 e P2, respectivamente) demonstram o que foi mencionado pelos autores supracitados: “Eles sabem também o que a gente tá sentindo, eles passaram por tudo também, os que adotaram e os que vão adotar também, tudo que a gente tá passando, eles passaram ou tão passando também”.

E, às vezes, a pessoa pensa que é só com ela que tá acontecendo e não é, dentro do grupo tu consegue ver que em outras famílias já aconteceram e podem te dar uma orientação melhor do que fazer, de como agir naquela situação.

A participação no grupo parece dar aos participantes um lugar de inclusão, de sentirem-se menos diferentes, além do fato de poderem, a partir das experiências compartilhadas, ressignificar as suas próprias vivências e, com isso, tranquilizarem-se, descobrindo novos caminhos, orientações e possibilidades de ação; como mostra o relato de participante 7:

E aí eu quis entrar no grupo principalmente por isso né, pra aquela espera que a gente tem né (risos), a gravidez [psicológica] que é muito tempo, no fim te ajuda,

tu vê outras pessoas que tão na mesma situação né [...] Te ajuda um pouco a suportar e a dividir os teus anseios também né.

Em relação aos aspectos apontados pelos participantes, pretendentes e pais, Tierling (2011), em uma pesquisa com pretendentes à adoção que participavam de um GAA, constatou que participar de um grupo de apoio acalma e desmistifica, através da troca de informações e experiências, tendo em vista que os participantes buscam concretizar um projeto semelhante de vida. Dessa forma, os candidatos à adoção e os pais adotivos se identificam, através da troca de conhecimentos e o compartilhamento de dificuldades e experiências. Tal aspecto ficou evidente nesta pesquisa, como pode ser observado nas falas a seguir:

Assim, eu acho que é uma causa muito importante tu participar, tu ter a troca de experiências com outras futuras mães, sabe eu acho que isso pra mim foi o auge assim, eu queria realmente ter troca de experiência né (P1).

Nós adotamos em [nome da cidade], não tinha grupo de adoção, não tinha, eu sentia muita falta assim de trocar experiência, com quem já adotou [...] então a gente queria trocar experiências, o que a gente viveu, e também o que as outras pessoas já viveram [...] então a gente procurou, eu procurava esse espaço pra conversa (P2).

Nenhum livro tu vai ver a tua história, então eu acho que a história de cada um é importante levar pro grupo também, as histórias e vivências das crianças com os pais, os problemas né, contar e tentar solucionar em conjunto também (risos). Porque muitas vezes alguém pode ter a solução que tu não tinha nem pensado (P7).

Neste íterim, segundo Sequeira e Stella (2014), a diversidade de histórias de vida e de experiências faz com que um candidato contribua para ampliar a visão de outro, sem que, para isso, se receba uma orientação direta, mas através de trocas, que são inerentes ao processo grupal. Os candidatos demonstram diferentes graus de

compreensão sobre adoção, e os participantes com mais consciência sobre o processo podem servir de “baliza” nos grupos para preparar os demais (Weber, 2014).

Foi bom, porque nesse período principalmente que foi interessante, que foi o apoio, tá participando de um grupo de apoio à adoção na fase de estágio de convivência e adaptação [...]. E conviver assim com companheiras do grupo que já tinham adotado há 1 ano, há 5 anos, aí a troca de experiência foi fundamental (P4).

Não posso dizer que a minha situação com o [nome do filho] e com o [nome do outro filho] vai ser igual pra outros pais que adotarem dois meninos, né, de 3 e 4 anos, então...mas pode ser que algumas coisas aconteçam, pode ajudar também né e eu acho que esse grupo ajuda bastante né, é fundamental pra isso (P7).

A partir do exposto, acerca da contribuição dos grupos para os participantes, pode-se destacar que essa complementariedade de situações vividas por quem está no processo de espera para adoção e de pais que já estão vivenciando a filiação adotiva converte-se num dos aspectos significativos do grupo, pois permite uma troca de saberes e experiências que não seriam tão significativos caso o grupo fosse constituído apenas por pretendentes ou somente por pais adotivos. Sabe-se, contudo, que existem especificidades na vivência dos pretendentes à adoção e daqueles que já se tornaram pais adotivos que, certamente, vão tendo outras demandas mais específicas. No entanto, os participantes, tanto pretendentes quanto pais, nos evidenciaram que o grupo acolhe as demandas que são trazidas e que se encontram dentro do espectro da adoção, podendo-se inferir que esse seja um dos aspectos mais relevantes do grupo. Pode-se identificar, também, que o grupo tem um alcance que ultrapassa os aspectos até aqui mencionados. Assim, passar-se-á, no próximo tópico, para as contribuições dos grupos no tocante a luta pelos direitos de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente.

A atuação social dos grupos de apoio à adoção

Os grupos de apoio à adoção podem ser eficientes aliados do Ministério Público, da Magistratura e do próprio Poder Público no cumprimento da promoção da proteção integral dos direitos da criança e do adolescente. Além disso, os GAAs são fortes incentivadores das adoções legais, bem como são fonte de informações, orientações, apoio e esclarecimento acerca da adoção (Silva, 2014). Contudo, ressalta-se ser recente o reconhecimento deste importante aspecto dos grupos, bem como sua ocorrência através de um processo gradual, conforme demonstra a fala da participante 4:

Só a partir de 2014, com o Provimento 36, que regulamenta, quando o CNJ reconhece e determina que todos os magistrados da infância e juventude acolham e façam parcerias com universidades ou com grupos de apoio à adoção, é que ficou legitimado, se tornou legal o papel dos grupos de apoio à adoção como coadjuvante do Judiciário nas questões da infância e da adoção [...], mas aos pouquinhos os grupos de apoio à adoção foram ganhando espaço, foram mostrando que são coadjuvantes eficazes nessa questão de apoio e tamo aí, galgando espaço, cada dia um pouquinho mais (P4).

Além disso, Silva (2014) ressalta o papel decisivo dos GAAs na liderança do Movimento Nacional de Apoio à Adoção e na promulgação da Nova Lei Nacional de Adoção (Brasil, 2009), de forma a tornar efetiva a busca pela garantia da convivência familiar de crianças e adolescentes institucionalizados. Assim, segundo a autora, os GAAs assumiram a posição de porta-voz de milhares de crianças e adolescentes e despertaram a atenção das autoridades e da sociedade para a situação de esquecimento e violação de direitos a que estavam submetidos os acolhidos. Este aspecto ficou bastante evidente no grupo pesquisado, conforme as seguintes falas:

É tu ver as pessoas se doando por amor à uma causa, sabe, é tu ver as pessoas trabalhando por um bem comum, sabe, é tu ver as pessoas querendo que as crianças tenham oportunidades, é tu ver as mães que tem aqui já adotaram seus

filhos e continuam aqui, continuam brigando pra que não existam mais crianças nessa situação vulnerável sabe, então isso é muito gratificante (P1).

Porque quando a gente levanta a bandeira da adoção [...], a gente tá levantando a bandeira da infância toda, da proteção. A gente entra muito mais no caminho da proteção à criança dentro do ECA do que da própria adoção [...] é um movimento nacional, é uma tendência de todos os grupos de apoio à adoção, entrar mais nas questões do ECA [...], de dar voz às crianças acolhidas, ser mais um parceiro na proteção da infância, acho que é o principal trabalho social do grupo de apoio à adoção (P4).

Os aspectos apontados pelos participantes são muito elucidativos quanto ao papel social ocupado pelo grupo. Neste sentido, Luchi (2003) argumenta que os grupos devem, para além do trabalho de preparação e reflexão com os requerentes à adoção, desenvolver projetos que instiguem as mudanças sociais necessárias ao desenvolvimento de uma nova cultura da adoção e ao direito de todas as crianças e adolescentes à convivência familiar. Ainda, em consonância com Silva e Barrocas (2014), há também um aspecto de importância social dos GAAs, através de uma mobilização política da sociedade civil, que busca garantir a convivência familiar de crianças e adolescentes institucionalizados.

Eu acho que a permanência no grupo foi mais pra se fazer um trabalho de militância né, quase. Não é militância política, mas é militância por uma causa né. Então tu acredita nessa causa, sabe que a causa tem problemas e tentar resolver os problemas pra ajudar. Em conjunto que é melhor né (risos), do que tu sozinha tá enfrentando uma problemática [...] é fundamental existir um movimento né, que o grupo é um movimento pra sociedade (P7).

A gente chega porque tu quer adotar, tu quer ter teu filho né, [...] a gente chega militando em causa própria, mas tem muita criança que não vai sair de lá [instituição de acolhimento], não vai ter a felicidade de ter uma família né. E essa

parte, eu acho assim que ela [presidente do grupo] desempenha brilhantemente e eu gostaria muito de contribuir também um pouquinho, de qualquer maneira nessa causa assim, que eu acho que ninguém devia passar a infância sem saber o que que é o carinho de um lar né (P8).

As falas dos participantes são muito expressivas quanto ao alcance do grupo, o que pode ter inicialmente motivado a procura do mesmo, ou seja, o desejo pela adoção e os desafios inerentes a ela, são em alguma medida ampliados na vivência grupal, o que parece deixar os membros vinculados ao grupo, ainda que já tenham atendido as demandas iniciais que o conduziram até ele. Como refere a participante 2, as pessoas permanecem no grupo mesmo já tendo adotado seus filhos, isso quer dizer que o grupo parece ter, de fato, um largo e importante alcance.

A grande maioria dos grupos, do pessoal que está movimentando os grupos são pessoas que já adotaram, então eles já têm seus filhos, mas eles continuam lutando porque depois que tu tem uma criança dentro da tua casa, principalmente quando ela é uma criança maior, que vai te trazer relatos do que que ela passou dentro de uma instituição, tu não consegue ficar em casa, sentada, sem fazer alguma coisa (P2).

Essa fala da participante evoca o quanto a temática da adoção é cara aos que se aproximam dela e parece ser justamente este conhecimento vivenciado por pais, que descobrem as experiências que foram vivenciadas por seus filhos antes da adoção, que move o grupo para um espectro tão amplo de atuação, abordando o tema em suas diferentes facetas, desde aquelas demandas mais sensíveis trazidas pelos pretendentes, como medos, fantasias, assim como as dificuldades e os desafios da parentalidade adotiva, assim como, quanto as questões que envolvem as instituições de acolhimento, judiciário, entre outras. Desta forma, percebe-se o amplo espectro de atuação do GAA pesquisado, denotando sua importância social. Conforme destacam Cardoso e Baiocchi (2014), esta parceria entre poder público e sociedade civil (através dos grupos de apoio

à adoção) agencia significativos avanços para a sociedade em geral, sendo de fundamental relevância.

Considerações finais

Foi possível constatar, através da presente pesquisa, que o GAA, no qual o estudo foi realizado, tem se constituído numa importante estratégia de apoio e troca de experiências entre postulantes à adoção e pais adotivos. Tal aspecto foi veementemente destacado pelos participantes. Nesse sentido, os grupos, apesar de serem um dispositivo aberto, não obrigatório, mostram-se de grande relevância para os que se encontram envolvidos com a parentalidade adotiva. Pôde-se identificar que os participantes do estudo mantêm uma relação de pertencimento no grupo, o que parece indicar o quanto ele é importante e benéfico para seus integrantes.

Destaca-se ainda, o grande espectro de atuação do grupo, bem como um significativo investimento em ações e projetos para infância e adolescência e sua conseqüente relevância social. Além disso, os GAAs podem se constituir em importantes aliados junto ao Ministério Público e ao sistema Judiciário fortalecendo o debate e as ações em relação à temática da adoção. São aspectos que mostram a abrangência do grupo e a sua abertura a contextos mais amplos e de impacto social, que mobilizam também a sociedade. Ressalta-se que iniciativas de outras Comarcas têm condicionado a participação nos grupos como parte do requisito para habilitação para adoção. Neste sentido, entende-se ser importante estimular os pretendentes a vincularem-se a GAAs, tendo em vista a relevância e o potencial de tais grupos.

Ressalta-se que os grupos de apoio à adoção mostram-se de fundamental relevância, tanto no que se refere à preparação e apoio aos pretendentes à adoção e pais adotivos, quanto para as crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, através da luta pela garantia de seus direitos. Os GAAs parecem indicar que iniciativas da sociedade organizada podem se converter em importantes estratégias para o

enfrentamento de problemáticas de cunho social, como é o caso da adoção e da institucionalização de crianças e adolescentes.

Destaca-se a acolhida dos participantes do grupo pesquisado à proposta do estudo e seus depoimentos e valiosas contribuições. Tal aspecto demonstra uma das características que pôde ser observada no grupo, que se refere ao compartilhamento das vivências e experiências tão significativas para os participantes e que se encontram presentes neste estudo. Pontua-se ainda, a importância de ampliar os conhecimentos na temática da adoção, com vistas a auxiliar no trabalho de preparação de pretendentes e pais, como também de todos os envolvidos, considerando que abordar essa temática é fundamental para a construção satisfatória da filiação adotiva. Sugere-se, por fim, para estudos futuros, compreender de forma mais específica as demandas distintas dos pretendentes e dos pais adotivos, o que certamente ampliaria o alcance do conhecimento e das possibilidades de atender os anseios que as circundam.

Referências

- Arpini, D. M., & Narciso, I. S. B. (2018). Reflexões sobre filiação adotiva: avanços e desafios no Brasil e em Portugal. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 26(1)45-50. doi: 10.15603/2176-1019/mud.v26n1p45—50
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brasil (2009). Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm
- Campos, N. M. V. (2012). *Reflexões a partir do grupo de preparação para adoção: as angústias da espera e suas implicações na tarefa de luto pela infertilidade e pelo filho idealizado*. Recuperado de <http://abraminj.org.br/Painel/anexos/Ado%C3%A7%C3%A3o.pdf>
- Cardoso, V. L., & Baiocchi, A. (2014). Preparação para adoção: o começo de uma nova família. In C. Lavocat, & S. Diuana (Eds.), *Guia de adoção no jurídico, no social, no psicológico e na família*. São Paulo: Roca, 1ª edição.
- Conselho Nacional de Saúde (2016). *Resolução nº 510*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html

- Ferreira, F. R. F. (2014). O preço da criança e a nova cultura da adoção: do cenário político-legal às práticas de adoção em Natal/RN. *Estudos de sociologia*, 19(3), 61-80. Recuperado de <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/5936/5122>.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer, G. Gaskel, (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 64-89.
- Gomes, R. (2012). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In M. C. S. Minayo, (Eds.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 79-108.
- Gondim, A. K., Crispim, C. S., Fernandes, F. H. T., Rosendo, J. C., Brito, T. M. C. de, Oliveira, U. B. de, & Nakano, T. de C. (2008). Motivação dos pais para a prática da adoção. *Boletim de Psicologia*, 58(129), 161-170. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Ladvoat, C. (2008). Famílias com filhos adotivos. In L. C. Osorio et al. (Eds.), *Manual de terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed, 488 p.
- Levy, L., Diuana, S., & Pinho, P. G. (2009). O grupo de reflexão como estratégia de promoção de saúde com famílias adotivas. *Mudanças em Psicologia da Saúde*, 17(1), 39-42. Doi: <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v17n1p39-42>
- Luchi (2003). Grupos de apoio à adoção: finalidades e dinâmica. *Jornal Eletrônico da Associação Brasileira Terra dos Homens-ABTH, ano VI, número 52*. Recuperado de <https://atfrj.org.br/2017/portfolio-view/grupos-de-apoio-a-adocao-finalidades-e-dinamica/>.
- Minayo, M. C. S. (1994). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 6ª edição.
- Rinaldi, A. de A. (2010). A nova cultura da adoção: o papel pedagógico dos Grupos de Apoio à Adoção no município do Rio de Janeiro. *JurisPoiesis (Rio de Janeiro)*, v. 13, p. 13-37.
- Santos, M. A. dos. (2004). Percepções de pais acerca de uma experiência em grupo de apoio a adotantes: uma construção sistêmica. *Revista da SPAGESP*, 5(5), 29-36. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702004000100006&lng=pt&tlng=pt.
- Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. de A., & Dias, C. M. de S. B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 285-293. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000200007>
- Scorsolini-Comin, F., Amato, L. M., & Santos, M. A. dos. (2006). Grupo de apoio para casais pretendentes à adoção: a espera compartilhada do futuro. *Revista da SPAGESP*, 7(2), 40-50. Recuperado de

- http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702006000200007&lng=pt&tlng=pt.
- Sequeira, V. C., & Stella, C. (2014). Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. *Psicologia: teoria e prática*, 16(1), 69-78. doi:10.15348/1980-6906/psicologia.v16n1p69-78
- Silva, M. L., Arpini, D. M., & Polli, R. G. (2010). *Conversando sobre adoção: promovendo o diálogo através de uma cartilha*. In: XIV Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão Responsabilidade socioambiental, 2010, Santa Maria. Anais do XIV Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão Responsabilidade socioambiental. Recuperado de <http://docplayer.com.br/19353520-Abordando-a-adocao-atraves-de-uma-cartilha.html>
- Silva, F. H. O. B. da, Cavalcante, L. I. C., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Pretendentes à adoção de crianças no Brasil: um estudo documental. *Revista da SPAGESP*, 17(2), 67-80. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000200006&lng=pt&tlng=pt.
- Silva, M. B. T. (2014). Papel dos Grupos de Apoio à Adoção na Garantia do Direito à Convivência Familiar. In C. Ladvocat, S. Diuana (Eds.), *Guia de Adoção no Jurídico, no Social, no Psicológico e na Família*. São Paulo: Editora Roca.
- Silva, A. A., & Barrocas, E. N. (2014). *Atuação dos Grupos Institucionais de Apoio à Adoção*. In C. Ladvocat, S. Diuana (Eds.), *Guia de Adoção no Jurídico, no Social, no Psicológico e na Família*. São Paulo: Editora Roca.
- Silva, P. S., Comerlato, L. P., Wendiling, M. I., Frizzo, G. B. Fatores que influenciam a transição para a parentalidade adotiva: uma revisão sistemática. *Contextos Clínicos*, 11(3):319-334, Unisinos, 2018. Doi: 10.4013/ctc.2018.113.04
- Tierling, M. W. (2011). *Grupo de Apoio à Adoção de Toledo (GAAT): Um pré-natal para a filiação afetiva*. Trabalho de Conclusão de Curso, Toledo: UEOP.
- Turato, E. R. (2003). *Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. Petrópolis: Vozes.
- Valério, T. A. de M., & Lyra, M. C. D. P. (2014). A construção cultural de significados sobre adoção: um processo semiótico. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 716-725. doi:10.1590/S0102-71822014000300020
- Vieira, J. M. (2004). *Os filhos que escolhemos: discursos e práticas da adoção em camadas médias*. Dissertação de Mestrado, Antropologia, UNICAMP.
- Weber, L. N. D. (2014). *Aspectos Psicológicos da adoção*. Curitiba: Editora Juruá, 2ª edição.

Submetido em: 05.10.19

Aceito em: 30.04.20